



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SISTEMAS
PREVIDENCIÁRIOS MUNICIPAIS**

EXERCÍCIO DE 2003

Instrução Técnica nº 26/2004



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº 26/2004

Dispõe sobre elementos complementares quanto à prestação de contas anual, relativa ao exercício financeiro de 2003, respectiva aos Sistemas Previdenciários Municipais, para fins de verificação do cumprimento da Lei 9.717/98 e suas alterações, art. 40, da Constituição Federal, Portaria MPAS nº 4.992/99 e suas alterações.

I – APLICABILIDADE

Art. 1º - As normas desta Instrução aplicam-se aos Municípios do Estado do Paraná que possuem Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e fundos previdenciários, são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e que instituíram regimes próprios e os extinguiram.

II - PRAZO

Art. 2º – O prazo para entrega do documento, Formulário Previdenciário, disponibilizado na página da internet do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no endereço eletrônico www.tc.pr.gov.br, será até as 19:00 horas, do dia 05 de março de 2004. Se a data de entrega não for dia útil, considera-se, como nova data, o dia útil subsequente.

Art. 3º – O encaminhamento do formulário previdenciário poderá ser realizado através do Serviço de Correios, caso em que será considerada como data de entrega a de postagem na Agência respectiva ou poderá ser protocolado junto ao Setor de Protocolo Geral do Tribunal de Contas, até a data citada no art. 2º, desta Instrução Técnica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 4º – Somente será considerado entregue o formulário previdenciário quando da anexação de ofício de encaminhamento, da parte documental solicitada, para os Municípios que são vinculados ao Regime Geral ou extinguiram seus fundos próprios, não sendo aceitos formulários manuscritos e/ou rasurados.

Art. 5º - A entrega do documento de que trata esta instrução constitui pré-requisito para a realização da análise do PCA 2003, regulamentado pela Instrução Técnica nº 25/2004, configurando o não encaminhamento irregularidade formal.

III – COMPOSIÇÃO DO FORMULÁRIO PREVIDENCIÁRIO

Art. 6º – O Formulário Previdenciário encaminhado a este Tribunal, servirá de subsídio para a emissão de documento a ser anexado na prestação de contas do exercício financeiro de 2003, intitulado Instrução Previdenciária.

Art. 7º - O formulário compõe-se de:

- I – Informações Gerais
- II – Questões Municipais
- III – Avaliação Atuarial

Art. 8º - As orientações técnicas para preenchimento do formulário previdenciário, encontram-se no Anexo I, desta Instrução Técnica.

IV – DOS RESPONSÁVEIS

Art. 9º – Constitui pré-requisito para o recebimento do formulário previdenciário, a assinatura do prefeito municipal, dos responsáveis pela contabilidade da entidade e pelo cálculo atuarial.

Parágrafo único - Não serão aceitos formulários que não contenham assinatura de um ou mais responsáveis.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

V – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 – A ausência de qualquer dos elementos desta Instrução Técnica constitui fator determinante de irregularidade formal da prestação de contas, salvo quando expressamente declarada a sua inexistência ou inaplicabilidade.

Art. 11 – O Tribunal de Contas poderá determinar a realização de auditorias, tendo em vista os dados e documentos apresentados, cujos relatórios serão apensados à prestação de contas anual, servindo como subsídio à respectiva análise técnica e legal.

Art. 12 – Incumbe à Diretoria de Contas Municipais a realização da análise das prestações de contas, e nesse contexto deverá prestar os esclarecimentos técnicos, quanto ao preenchimento e remessa do Formulário Previdenciário.

Cumpra-se.

Curitiba, em 29 de fevereiro de 2004.

Henrique Naigeboren
Presidente